

LINGÜÍSTICA, TRADUÇÃO E LITERATURA: OBSERVANDO A TRANSFORMAÇÃO PELA ARTE

Adriana ZAVAGLIA¹

- RESUMO: A partir da observação de trechos extraídos de obras literárias brasileiras e de suas traduções publicadas, este trabalho, fundamentado na Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli (2000) e nos procedimentos tradutológicos de Aubert (1998), sugere ampliar a discussão sobre a arte de traduzir pela observação da tradução da arte, propondo um cálculo metalingüístico da atividade de linguagem apreendida na prática da diferença lingüística por diferentes estratégias de tradução (empréstimo, decalque, explicitação e adaptação).
- PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; tradução; literatura brasileira.

Tradução, linguagem e línguas

A tradução, resultado do anseio do homem de dominar ou conhecer o seu semelhante pela religião, pela guerra, pela política, pela ciência, pela arte ou pela cultura, seja por ambição ou por admiração, é uma das manifestações do contato entre pelo menos duas línguas. Os problemas ou benefícios desse contato quase sempre são discutidos a partir da diferença superficial entre as línguas, seja ela sintática, lexical, semântica, cultural ou pragmática.

Por intermédio dos conceitos e métodos lingüísticos aplicáveis a todos os níveis de análise das línguas e da linguagem, é possível observar e discutir o fenômeno da tradução de várias maneiras, focalizando a diferença textual superficial ou a atividade de linguagem apreendida na diversidade textual superficial. O primeiro enfoque culminará num contraste entre textos ou línguas a partir do qual a diferença será evidenciada; o segundo partirá do contraste e da conseqüente diferença superficial para levantar, daí, aspectos regulares e generalizáveis relacionados à linguagem.

É bem verdade que a tradução é o complemento do original na lógica da diferença lingüístico-cultural. Porém, antes de ser uma manifestação do contato entre línguas, ela é, na qualidade de texto, uma manifestação da atividade cognitiva humana de linguagem. Na qualidade de rastro dessa atividade, inata na espécie humana, como seria possível discutirmos a tradução restringindo-nos ao campo superficial da diferença intransponível e irreduzível que existe, de fato, entre as línguas e culturas ou entre um original e uma tradução, sem levar em conta a natureza dessa diferença, que é inerente à atividade de linguagem em qualquer uma de suas manifestações? Tal confusão está bem delineada no simbolismo cheio de armadilhas ilusórias da torre de Babel, cuja imagem alegórica da origem da diferença entre as línguas parece ser, ironicamente, um bom argumento para resolver o equívoco dessa restrição ou, pelo menos, para ampliar a discussão.

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil. Pós-doutoranda junto ao Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (Citrat). E-mail: adrianazav@picture.com.br

Com o intuito de introduzirmo-nos nesse debate para, em seguida, trabalhar pela lingüística enunciativa com exemplos extraídos de traduções de textos literários, faremos a seguir um passeio interpretativo por dois capítulos bíblicos que falam de Babel e de Pentecostes, com o auxílio de dois textos já clássicos sobre a tradução, um de Walter Benjamin (1971) e outro de Jacques Derrida (1985). As duas historietas bíblicas, que serão lembradas adiante, remetem alegoricamente aos dois pontos de vista analíticos lingüísticos sobre a tradução acima aventados. Pelo viés babélico, evidencia-se a problemática da diferença superficial e da perda de unicidade e, conseqüentemente, estuda-se a tradução à maneira estruturalista: comparam-se estruturas (lexicais, sintáticas, semânticas) ou valores historicamente convencionados, contrastam-se organizações textuais, recepções, efeitos, entre outros, o que evidencia um olhar lingüístico estritamente comparativo, contrastivo ou distribucional. Pela postura pentecostiana, ponto de vista por nós adotado, salienta-se a questão da regulação pela alteridade, o que nos dá uma observação lingüística da tradução que parte da diferença (de uma análise prévia contrastiva, comparativa ou distribucional, que nos dá os rastros da linguagem nas línguas ou nos textos) em direção às regularidades (funcionamentos regulares da atividade de linguagem que se manifestam diferentemente nas línguas).

Babel e a pluralidade lingüística

Para iniciarmos o nosso itinerário, falemos, resumidamente, de Babel. No *Gênesis* (BÍBLIA, A. T., 1990), narra-se a história da construção de uma cidade e de sua pretensa torre. Esse trecho bíblico conta que um povo, descendente de Noé, e portanto único sobre a Terra, após o grande dilúvio, e falante de uma única língua, quis construir uma cidade e, nessa cidade, uma torre que tocasse os céus. Tal feito tornaria esse povo glorioso e lhe permitiria a sua continuidade sem dispersão, o seu imperialismo, a sua dominação, o seu poder. Mas como Deus não estava contente com esse propósito, de uma mesma linguagem confundiu os homens e criou-lhes várias línguas, para que não pudessem se entender uns aos outros. Por esse motivo, a torre não pôde ser terminada e tal cidade recebeu o nome de Babel. Dessa forma, Deus faz valer suas vontades e transforma o destino desses homens, que vão se dispersar na Terra, se multiplicar e dar origem a novos povos. Babel é, pois, a grande metáfora da origem das diferentes línguas e, conseqüentemente, das diferentes culturas, uma vez que falar uma língua diferente implica compartilhar de uma cultura também diferente daquela à qual pertence o outro. Desse modo, a tradução associa-se à idéia de Babel pelo fato de nascer, obrigatoriamente, no mesmo instante em que surge a pluralidade lingüística superficial.

Para Derrida (1985), que propõe uma reflexão acerca da tradução, a partir de um exame filosófico do nome Babel e de todo o universo metafórico que dele provém, Deus, movido pela inveja, desconstrói o *nome próprio* que queriam edificar os construtores e habitantes daquela cidade, não permite que eles se agrupem em torno de uma só língua e lhes impõe o seu próprio nome, uma vez que, segundo Voltaire (apud DERRIDA, 1985, p.210), *Ba quer dizer pai e Bel quer dizer Deus*.

Babel seria, dessa forma, sinônimo de *cidade santa* ou de *cidade de Deus*.

Entretanto, o nome Babel é entendido comumente como *confusão*. Pelo fato de a *Bíblia* ter sido lida quase sempre a partir de traduções ao longo dos séculos, o nome Babel acabou perdendo sua multiplicidade, sua ambivalência, sua polissemia. Além disso, ele é ao mesmo tempo nome próprio e nome comum. Segundo Derrida (1985), esse nome próprio é sempre intraduzível como tal e não pertence, de forma rigorosa, como as outras palavras, a uma língua em particular e, ao mesmo tempo, pertence a cada uma das línguas na qualidade de nome comum. Assim, Deus "impõe e proíbe *ao mesmo tempo* a tradução"; além disso, se mais de uma língua pode estar implicada num texto, "como traduzir um texto escrito em várias línguas ao mesmo tempo? Como *restituir* o efeito de pluralidade? E se traduzimos através de várias línguas ao mesmo tempo, chamaremos isso de traduzir?" (DERRIDA, 1985, p.214-215, grifo do autor, tradução nossa)

Para a palavra *pierre*, por exemplo, que pertence à língua francesa e é um nome comum, teríamos em português sua tradução *pedra*², que, segundo Derrida, *transportaria*³ o sentido de *pierre*. Já *Pierre*, nome próprio que não se pode assegurar ter sua origem na língua francesa, não encontra tradução adequada em português, *Pedro*. Do mesmo modo, afirma então Derrida (1985), Babel escapa à classificação de Jakobson (1971) para os tipos de tradução (intra lingual, intersemiótica e tradução propriamente dita), pois não se sabe se o nome Babel pertence somente a uma determinada língua. A sua tradução proíbe a transparência e impossibilita a univocidade.

A alegoria babélica, para Derrida (1985), simboliza ao mesmo tempo a diferença pela dívida, pelo preenchimento do espaço que falta para completar a torre, uma vez que a construção não pôde ser terminada porque seus construtores, a partir de então falantes de línguas diversas, não se compreendiam mais, não podiam mais levar a cabo o projeto de construção inicial. Nesse momento, cada língua passa a ser aquilo que falta às outras línguas, e cada tradução passa a ser aquilo que falta ao original. Tanto as línguas entre si quanto o original frente à tradução estão endividados. Aí, inscreve-se também outro paralelismo entre duas relações: Deus e o homem, este feito à imagem e semelhança daquele, e o original e a tradução, esta derivada daquele. Tal como o homem que, ao finalizar a construção da torre, igualar-se-ia a Deus, o tradutor, ao finalizar uma tradução, também igualar-se-ia ao autor. Mas uma tradução não é jamais peremptória e, por esse motivo, disputa com outras traduções através do tempo a possibilidade de arquitetar o fim da construção, o qual, como se sabe, nunca pode ser alcançado, nem mesmo pelo próprio autor. Assim, Babel passa igualmente a metaforizar a diferença.

Mas, ao afirmar que Babel é a grande metáfora da diferença, estaremos como consequência, mesmo de forma implícita, sustentando a idéia de que, antes da construção inacabada da torre, os homens de Babel não se desentendiam porque eram falantes de uma mesma língua e pertenciam a uma mesma cultura. Em outras palavras, estaríamos asseverando que a língua dos homens de Babel era um

¹ Exemplo adaptado por nós ao português (DERRIDA, 1985, p.216).

² Termo utilizado pelo autor: *transporterait*.

código cujas regras e segredos todos conheciam. Mais que isso: estaríamos assegurando que os homens de Babel decodificavam sua língua sempre com êxito nas trocas intersubjetivas, sem mal-entendidos, sem polissemia, sem ambigüidades. Ora, sabemos que não é assim. A diferença está sempre presente no universo lingüístico, quer se trate de um pensamento ou de uma escritura, em que um só sujeito interpreta os papéis de produtor e reconhecedor de enunciados, quer se trate de um diálogo ou de uma leitura, em que dois sujeitos são, ao mesmo tempo, produtor e reconhecedor. Alguns enunciados que utilizamos em nosso dia-a-dia são intuições bastante sugestivas que evidenciam o fato de haver instabilidade, sempre negociada, no universo lingüístico, tais como:

Você não entendeu o que eu quis dizer.
Você não está querendo entender...
Parece que estou falando grego!
Nós não estamos falando a mesma língua!
Não consigo dizer o que quero dizer...
Não era isso o que eu queria dizer, me expressei mal.

No universo cambiante das línguas e das culturas, nada é pré-ajustado. Tudo depende do sujeito que pratica a diferença, interferindo nas representações, modificando os eixos referenciais e, sobretudo, colocando-se perante o outro ao regular suas transformações, mesmo que o outro seja ele próprio. Assim, a diferença não é privilégio ou prejuízo apenas das trocas interlingüísticas; ela é, antes de mais nada, inerente ao universo intersubjetivo da linguagem. Desse modo, a história de Babel, como metáfora da origem da pluralidade lingüística, metaforiza somente a diferença superficial entre as línguas, uma vez que os homens de Babel já possuíam a capacidade de produzir e reconhecer enunciados de forma criativa; em outras palavras, já praticavam a diferença.

Pentecostes e a chama da linguagem

Para justificar a sua prática da diferença entre línguas e textos, Walter Benjamin (1892-1940), ao traduzir os *Tableaux Parisiens* de Baudelaire para o alemão em 1923, prefaciou sua tradução com um ensaio intitulado "A Tarefa do Tradutor" (BENJAMIN, 1971). Nesse texto, o autor trata do tema de forma predominantemente dialética, elaborando, de forma filosófica, respostas ao período de reflexão sobre tradução imediatamente anterior à sua época, justificando o seu ponto de vista sobre tradução e a sua postura consciente frente ao ato de traduzir, na qualidade de tradutor.

É possível fazermos um paralelo entre as dicotomias dos papéis interpretados por Benjamin (1971), como crítico de tradução e como tradutor, e das funções exercidas por Baudelaire, como crítico de arte e como poeta. A aparente bifurcação entre os ditos papéis e funções revela uma grande unicidade: por um lado, há uma relação íntima entre a atitude poética do Baudelaire-poeta e os preceitos crítico-teóricos que emanam das observações sobre a arte, principalmente sobre

a pintura, feitas pelo Baudelaire-crítico; por outro, existe uma busca, por parte de Benjamin em aliar a sua visão de crítico da tradução, presente em seu prefácio, ao seu modo de agir como tradutor da obra baudelairiana.

Para Baudelaire (1968), o cerne da questão do julgamento da arte consiste em saber o que faz uma obra de arte, que nasce muitas vezes nos mares tendenciosos da moda nas diferentes épocas da história, não perecer. Não é simplesmente o fato de conter uma obra aquilo que se chama comumente de "originalidade" que a transforma em um exemplar do conceito de arte. Como disse Mário de Andrade (1963), o artesão também pode ser original sem por esse motivo produzir, além do resultado da prática de sua técnica, arte. Assim, a obra de arte é aquela que consegue extrair daquilo que é fugaz, e que pertence à moda, aquilo que é eterno. A obra de arte, portanto, eterniza o instante, sem levar em consideração o espectador, seja ele quem for.

Para Benjamin (1971), a tarefa do tradutor de uma obra de arte literária instaure-se, parece-nos, exatamente na relação delicada entre a perenidade e a transitoriedade: enquanto o autor da obra de arte literária eterniza o instante, sem preocupar-se em comunicar o que quer que seja ao leitor, utilizando para tal a relação íntima entre as línguas que vai além das diferenças superficiais e complementares entre elas, o tradutor, por sua vez, instancia o eterno, buscando exprimir, sem ser o elo de comunicação entre a obra de arte e o leitor estrangeiro a ela, uma afinidade profunda entre as línguas. Essa afinidade ultrapassa o seu parentesco, que não é sinônimo de semelhança como diria Derrida (1985), e vai além das mudanças diacrônicas por elas sofridas. A expressão dessa afinidade, que é a linguagem pura, se dá na tradução; esta, apesar de ser sua expressão, não permite mais que sejam dela derivadas outras traduções. Embora a tradução não seja "novamente traduzível", podemos conceder à tradução o seu lugar nobre: "quanto mais uma obra for de alta qualidade, mais ela continuará, mesmo no mais fugidivo contato com seu sentido, sendo passível de ser traduzida"; e definir para o tradutor sua tarefa, realizada em favor da linguagem: "resgatar em sua própria língua essa linguagem pura exilada na língua estrangeira [...], tal é a tarefa do tradutor" (BENJAMIN, 1971, p.268, p.274-275, p.273).

Derrida (1985) analisa minuciosamente esse prefácio de Walter Benjamin iniciando suas observações pelo conceito de *dívida*. Difícil de ser definida, uma vez que ela não carrega a responsabilidade de restituir o sentido de algo que lhe foi dado, a dívida consiste antes numa relação entre dois textos que são, ao mesmo tempo, produções e criações. Diz o autor: essa relação não pode explicar-se por uma teoria da recepção, não pode destinar-se à comunicação, nem tampouco pode ser resultado de uma cópia representativa. Mas de que maneira se dá essa relação?

Benjamin (1971) afirma, em seu prefácio, que o original pede desde sempre pela tradução, mesmo quando nenhum tradutor aventura-se a realizá-la. Derrida (1985, p.227, tradução nossa) acrescenta: "nada é mais sério que uma tradução". O original, ao imprimir em sua estrutura a lei da dívida, endivida-se também face ao tradutor, pois em sua estrutura há o espaço vazio a ser preenchido pela tradução e pelo gesto do tradutor, que trará o nome próprio, do autor e do tradutor, em

sua tradução. O nome próprio, que não pertence à língua, também não pertence ao original. O contrato entre os textos passa pelo contrato do parentesco entre as línguas, que é da ordem daquilo que será traduzido. Dessa forma, a tradução teria como finalidade marcar a possibilidade desse parentesco ou as afinidades entre as línguas através da completude que ela proporciona ao original, como os cacos da ânfora de Benjamin (1971) que, colados e juntados, relembram a ânfora, tornam a ânfora reconhecível, mas não são a ânfora. Para metaforizar o contrato entre os dois textos, Derrida (1985) elabora a metáfora do hímen: o original sempre terá uma parte intocada pela tradução; a tradução, por sua vez, trará algo intacto do original. O original deixa-se traduzir sem se esgotar, a tradução torna-se original sem se deixar traduzir.

Para trabalhar o conceito de afinidade, Derrida (1985) reporta-se ao que Benjamin (1971) chamou de *visamento intencional de cada língua*, ou seja, cada língua visa os objetos à sua maneira, e nenhuma delas consegue visá-los de maneira completa, o que faz o visamento intencional ser de natureza complementar. Para Derrida (1985, p.245, tradução nossa), “o que as línguas visam intencionalmente cada uma e todas juntas na tradução é a própria língua como acontecimento babélico, [...] é o ser-língua da língua”; em outras palavras, os modos de visar de cada uma das línguas. Na sua complementaridade, no ato do acordo entre as línguas numa tradução, a linguagem é desnudada. Desse contrato, cada língua dá às outras línguas aquilo que elas não têm, aquilo que lhes falta, num crescimento dinâmico que consiste em conhecer a distância que as torna complementares. Assim:

[Do original] nenhum sentido se deixa destacar, transferir, transportar, traduzir numa outra língua como tal (como sentido), ele [o acontecimento do texto] tanto encomenda a tradução quanto parece recusá-la. Ele é traduzível e intraduzível. Nele há somente letras, e é a verdade da linguagem pura, a verdade como linguagem pura. [...] No mesmo acontecimento, as letras páram de oprimir a partir do momento em que elas não são mais o corpo exterior ou o corpete do sentido. Elas se traduzem também por si mesmas, e é nessa relação em direção a si do corpo sagrado que se encontra engajada a tarefa do tradutor. Essa situação, por ser a de um puro limite, não exclui, por outro lado, os níveis, a virtualidade, o intervalo e o estar entre dois pontos, o labor infinito para juntar-se ao que é, todavia, passado, já dado, aqui mesmo, entre as linhas, já assinado. (DERRIDA, 1985, p.248, tradução nossa).

Nessa perspectiva do contrato entre os textos na tradução, que se desenvolve pelo único caminho possível que é a linguagem, podemos reportar-nos a uma outra narrativa bíblica, já no Novo Testamento, nos relatos dos Atos dos Apóstolos (BÍBLIA, N. T., 1990), que nos conta quando e como a vontade divina entra em cena para desfazer a confusão babélica. A história narra-se, resumidamente, da seguinte maneira: os homens que estavam em Jerusalém naqueles dias para a grande festa da colheita vinham de povoados distantes e falavam diversas línguas. Os apóstolos de Jesus também encontravam-se ali reunidos. Num determinado momento, os discípulos do Messias, após terem recebido o Espírito Santo, puseram-se a falar as línguas dos anjos. Os demais presentes começaram a ouvir da boca dos apóstolos a palavra de Deus e a compreendê-la como se estivessem ouvindo suas próprias línguas maternas, o que era surpreendente, pois eles não falavam as mesmas línguas. Em princípio, ninguém compreendeu o que havia

acontecido, posteriormente, porém, percebeu-se que o dom do Espírito Santo permitira aos apóstolos que falassem para o povo de Jerusalém e que esse povo compreendesse o que falavam os apóstolos. Chamado de *Pentecostes*, festa cristã comemorada no quinto domingo depois da Páscoa, esse dia simbolizou o nascimento do Evangelho, o único meio através do qual os homens, de diferentes línguas e culturas, poderiam se relacionar na direção do entendimento.

Com respeito à tradução, considerar as línguas de fogo, a imagem da descida do Espírito Santo, como uma possibilidade de se metaforizar o ato de traduzir é propor um outro caminho de reflexão, pelo qual a possibilidade do entendimento não se dá pela falta de diferença, pelo contrário, estabelece-se na diferença pelo diálogo, o qual permite ao homem reconhecer no ser semelhante, no outro, o princípio mesmo da alteridade. Pentecostes promove, dessa forma, a possibilidade de convivência lingüística e cultural, proclama a traduzibilidade, apesar da diferença. Babel: a treva, a confusão; Pentecostes: a chama, a luz.

A síntese da reflexão desenvolvida pela pluralidade lingüística, permitida pela atividade de linguagem, encontra-se no próprio título de um dos textos cujo trecho analisaremos a seguir: Sagarana. Tal como Derrida (1985), que compôs para o seu ensaio um título bastante sugestivo, Guimarães Rosa (1968) nos presentearia com um neologismo que surge da comunhão entre, pelo menos, três línguas: a portuguesa, a germânica e a tupi. Como nos ensinam os professores Matsuoka e Megale (1978, p.30), *saga*, narrativa histórica ou lendária, é uma palavra portuguesa de origem germânica e *rana*, toco ou rude, é um qualificativo tupi: essa "estranha e rara fusão de elementos heterogêneos" é a própria expressão da afinidade entre as línguas, do caráter sacro das letras e do verbo, da multiplicidade, da traduzibilidade e da intraduzibilidade, que faz do contrato interlingual algo tão fortemente firmado na designação dada ao seu texto que Guimarães Rosa (1968), à maneira de um deus invejoso das possíveis traduções de seu texto, traça para Sagarana o mesmo destino que o do termo Babel. O autor revela, assim, a própria origem da duplicidade funcional de Sagarana na qualidade de nome próprio e de nome comum: a partir do momento em que Sagarana é intraduzível em sua multiplicidade e polissemia, pertencendo a apenas uma língua, a seqüência passa a ser *traduzida*, tal como Babel, sem mudanças aparentes nas letras. Depois da tradução, ou das traduções, a palavra passa a não pertencer a nenhuma das línguas, requerendo, desse modo, para si, estatuto de nome próprio e de nome comum ao mesmo tempo, perdendo sua multiplicidade e sua pluralidade, permitindo e proibindo a sua tradução⁴.

A tradução como paráfrase

Como não existe equivalência de significações na prática da diferença, consideraremos a tradução uma construção parafrástica dinâmica, cuja base de sustentação é a linguagem. Por esse viés, o tradutor não pode reconstruir a significação construída

⁴O título Sagarana (ROSA, 1968) foi, a nosso conhecimento, conservado como tal quando de sua tradução em outras línguas. Quanto ao título do ensaio de Derrida (1985), salvo em sua tradução brasileira, *Torres de Babel*, parece-nos que ele também se conservou em outras línguas.

pelo autor do texto, mas pode dar, pela linguagem, às unidades do texto uma nova significação (novos valores referenciais), que não é estável, perene, delimitável, definível, nem reconstituível. Mas o que chamamos de *paráfrase* com relação à tradução? À título de ilustração, para melhor explanarmos esse conceito, imaginemos que os dois trechos de obras literárias que se encontram abaixo sejam, respectivamente, um original e uma tradução:

“A minha idéia fixa, depois de tantas cabriolas, constituíra-se idéia fixa. Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho”. (ASSIS, 1982, p.18).

“Après quelques jours de réflexion, la préfecture répondit par l'affirmative. Mais elle précise que les rapatriés ne pourraient, en aucun cas, ressortir de la ville et que, s'ils étaient libres de venir, ils ne le seraient pas de repartir”. (CAMUS, 1977, p.69).

A justaposição das duas seqüências textuais acima num contexto em que uma é tradução da outra causa efetivamente estranhamento, que se explica pelo fato de ambas não terem nada em comum, salvo o fato de serem literárias. Vemos nessa relação o fenômeno da intraduzibilidade, da inadequação, da supervalorização do processo autoral do tradutor. Certamente, não há regras ou fórmulas pré-estabelecidas que o tradutor possa seguir para traduzir o trecho de Assis (1982) para o francês ou o de Camus (1977) para o português, mas ele também não pode construir uma tradução sem partir de um texto original. Observemos agora esses outros fragmentos:

Original(1): A minha idéia fixa, depois de tantas cabriolas, constituíra-se idéia fixa. Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. (ASSIS, 1982, p.18).

Tradução(1): Ayant exécuté de nombreuses cabrioles, mon idée était devenue une idée fixe. Dieu te préserve, lecteur, d'une idée fixe: plutôt une paille, plutôt une poutre dans l'oeil. (ASSIS, 1948, p.26).

Original(2): Après quelques jours de réflexion, la préfecture répondit par l'affirmative. Mais elle précise que les rapatriés ne pourraient, en aucun cas, ressortir de la ville et que, s'ils étaient libres de venir, ils ne le seraient pas de repartir. (CAMUS, 1977, p.69).

Tradução(2): Depois de alguns dias de reflexão, a Prefeitura respondeu afirmativamente. Mas logo estabeleceu que os repatriados não poderiam, em caso algum, voltar a sair da cidade e que, se eram livres para vir, não o seriam para tornar a partir. (CAMUS, [19—?], p.51).

Nas justaposições acima, podemos afirmar de pronto que as duas traduções (1) e (2) são realmente traduções dos textos (1) e (2), respectivamente. Percebemos intuitivamente que um e outro têm algo em comum e que esse *algo* não é da ordem das significações, pois estas não podem ser fixadas: elas são fugazes e construídas. Como afirmou Aubert (1994), pelo fato de a tradução da obra de arte ser a atualização de uma leitura, a obra pedirá sempre por outra leitura dependendo do tempo e do espaço. Assim, o tradutor não consegue ter acesso ao

inacessível no texto do autor, somente podendo traduzir, de acordo com suas experiências, aquilo que lê nesse texto. O tradutor faz, portanto, uma *regulação* parafrástica entre dois textos: o texto A, que é o texto do autor segundo a sua leitura, e o texto B, que é a sua tradução, resultado de sua leitura do texto do autor. Da construção do texto A, ou objeto A, à construção do texto B, ou objeto B, temos a impressão, apenas aparente, de que se trata de um movimento circular, em que o ponto inicial sobrepõe-se ao ponto final; porém, o ponto inicial, construído, e o ponto final, também construído, não são coincidentes, apesar de estarem ligados de alguma maneira. É esse liame entre os dois objetos construídos que une os dois textos concretos; esse vínculo é construído a partir da variância, mas, segundo o leitor-tradutor, encerra uma complementaridade; em outras palavras, a paráfrase tradutória.

Entre um original e sua tradução haverá, portanto, uma relação parafrástica que, revelando a completitude entre um e outro texto e a sua relação complementar, se delineará no nível da linguagem. Mas como poderemos, a partir de textos traduzidos, observar a atividade de linguagem, apreendida na diversidade lingüística da tradução de literatura, pelo conceito de paráfrase? Como já vimos, assim como o tradutor, não pretendemos, pela lingüística enunciativa culioliana (CULIOLI, 2000), reconstruir significações, uma vez que isso é impossível. Tentaremos apenas trazer à tona, numa perspectiva metalingüística de simulação, um determinado funcionamento da linguagem que, apesar da diferença observada entre marcadores lingüísticos do original e da tradução, se mostra regular num e noutro texto. A arte de traduzir parece realmente consistir nisso: reconhecer esse funcionamento e marcá-lo através da regulação num novo sistema referencial que remeta a novas representações. Em outras palavras, cumprir a tarefa, tão árdua e artística ao mesmo tempo, do tradutor segundo Benjamin(1971): resgatar, através das línguas e das culturas, a linguagem pura. Mas como fazer esse resgate? A teoria enunciativa culioliana (CULIOLI, 2000), base de nossa reflexão lingüística, convida-nos a fazer esse resgate por cálculos metalingüísticos nos quais se inclui a paráfrase.

Por ter salientado com sua ideografia, já no século XIX, a importância de substituir na matemática a intuição pelo cálculo (conclusão essa a que chegarão os matemáticos muito tempo depois!), Frege (1978), cuja obra pode ser vista como precursora sob alguns pontos de vista das teorias semânticas posteriores, oferece-nos alguns esclarecimentos a esse respeito. Trabalhar com uma ideografia, ou, em lingüística, com uma metalíngua, para efetuar cálculos significa construir uma língua que, sendo artificial, fuja da complexidade e das armadilhas das línguas naturais. Sem poder sair dos domínios da lógica, no caso da ideografia, ou da lingüística, no caso da metalíngua, ela não pode ser utilizada para outros fins. Calcular, ou empregar uma metalíngua para compreender os funcionamentos da atividade de linguagem através das diferentes línguas, passa a ser, como diz Largeault (1970, p.13, tradução nossa) com relação à ideografia fregiana, "manipular signos ou ao menos efetuar sobre signos uma série de operações sem que o conhecimento dos objetos ou das propriedades eventualmente designadas por esses signos entrem em jogo".

Ao tratar de uma função de argumento simples, Frege (1978) afirma : o que é essencial numa função é o que subsiste dela se comparada com outras. Observemos por um instante a seguinte seqüência de funções:

- 2. $x^3 + x$ (função de x , argumento x);
- 2. $1^3 + 1$ (função de 1, argumento 1);
- 2. $4^3 + 4$ (função de 4, argumento 4);
- 2. $5^3 + 5$ (função de 5, argumento 5).

Podemos reconhecer a mesma função em todas as funções ou aquilo que é comum e essencial a todas as funções, e que se pode escrever assim:

$$2. ()^3 + ().$$

Desse modo, o argumento não é parte da função, mas com ela compõe um todo completo. Quando a função está sem argumento, ela é chamada de "insaturada". Com o argumento, ela se completa. Aí está a essência da função e sua diferença fundamental com relação aos valores numéricos: $2 \cdot 1^3 + 1$ e $2 \cdot 2^3 + 2$, por exemplo, se referem a valores numéricos diferentes e são uma mesma função. Assim, na relação que se estabelece entre as funções acima, podemos identificar " $2.()^3 + ()$ " como aquilo que todas as funções têm em comum.

Se fizéssemos o mesmo percurso⁵ no nível das línguas entre um trecho original e uma tradução desse trecho, extrairíamos provavelmente dessa observação as regras da *langue* de cada uma das línguas em questão. Se fizéssemos o mesmo no nível do funcionamento da linguagem, sem o auxílio de uma metalíngua, não nos restaria, provavelmente, nada na superfície, já que a linguagem é marcada *transcategorialmente* pelas unidades léxico-gramaticais das línguas. Mas, apesar de não se deixar apreender tão facilmente, a atividade de linguagem é passível de ser apreendida nas diferentes línguas. Daí a necessidade de utilizarmos uma terceira língua, uma metalíngua, para tratar dos problemas ligados à observação da atividade de linguagem. Nisso consiste o paralelismo existente entre o raciocínio de Frege (1978) e a relação parafrástica entre original e tradução: essa relação não se dá pelos valores ou significações desencadeados pelos textos, uma vez que são os sujeitos que investem o material sonoro ou gráfico de significação, mas sim por aquilo que fica de essencial entre um e outro texto, que é a própria linguagem.

É nessa esfera da linguagem que se instaura a relação de paráfrase entre os textos. Na reconstrução ou reconhecimento de formas, um enunciador qualquer investe o material que ouve ou lê de significação, uma vez que esse material, produzido por outro enunciador, não tem significados estáveis que possam ser transportados ou carregados de um enunciador a outro, de um texto a outro, o que afasta qualquer idéia normativa de tradução que implique êxito ou trans-

⁵ Note-se que esse intercurso pela lógica fregiana (FREGE, 1978; LARGEAULT, 1970) não tem pretensões teórico-comparativas fundamentais entre texto e função ou entre a lingüística e a lógica ou a matemática; ele representa apenas a explicitação da importância, para a lingüística, de uma metalíngua que formalize de forma coerente a atividade de linguagem pelo cálculo do lingüista.

porte de significados. No processo plástico da tradução não há compreensão garantida, não existe ganho nem perda, sucesso ou fracasso, vitória ou derrota, há apenas um constante processo de regulação pela paráfrase. Traduzir é, portanto, regular parafrásticamente.

Definir a arte da tradução pela paráfrase não é reduzir a sua dimensão crítica. Pelo contrário, é propor que nossa observação da tradução, na qualidade de lingüistas, não se baseie em termos de valores relacionados às línguas, o que acaba por restringir a discussão, mas sim em termos de operações de funcionamento invariantes de linguagem, pedra fundamental de nossa capacidade interpretativa, o que amplia e dilata nosso espaço de debate dentro das limitações da lingüística. Procuraremos, portanto, observar nos textos abaixo os marcadores lingüísticos que, *insolvemente* como diria Derrida (1985), evidenciam uma operação enunciativa particular, de natureza linguagística, que nos permitirá espreitar o mecanismo funcional comum aos textos originais e às suas traduções.

A arte de diferenciar qualitativamente

Extraímos de duas obras bastante conhecidas, Sagarana de Guimarães Rosa (1968), e Macunaíma de Mário de Andrade (1978), três trechos que serão apresentados a seguir. Tal escolha deve-se a dois fatores importantes: um deles refere-se ao caráter marcadamente cultural de tais textos e, o outro, ao fato de terem sido ambas as obras traduzidas por um mesmo tradutor.

Toda unidade de qualquer língua é, de forma inextricável, culturalmente marcada. Algumas unidades, no entanto, são mais marcadamente culturais que outras, designando singularmente uma referenciação particular e apresentando, conseqüentemente, pouca variação semântica. É o caso, por exemplo, dos vários termos que remetem a mosquitos, peixes ou bois que existem no território brasileiro. Alguns deles são exclusivamente brasileiros e, ao aparecerem em um texto literário, podem, segundo o ponto de vista babélico, trazer para o tradutor grandes problemas. Analisados pela ótica pentecostiana, no entanto, tais termos, mesmo que se refiram à cultura estritamente brasileira, não são obstáculo para o tradutor, que utiliza estratégias específicas, instrumentadas em geral pelo empréstimo, pelo decalque, pela explicitação e pela adaptação, conforme a classificação de Aubert (1998), e contorna, por sua criatividade, as diferenças superficiais entre as línguas e as culturas. Veremos ainda abaixo que, na qualidade de instrumentos de transformação, as estratégias de tradução, ancoradas num tempo e espaço precisos do universo criativo de um mesmo tradutor, também variam.

Passemos aos trechos em português e aos comentários de cada um deles a partir dos segmentos abaixo em negrito, para os quais chamamos especialmente a atenção:

– Mais depressa, é para esmoer?! – ralha o Major. – Boiada boa!...

Galhudos, gaiolos, estrelos, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão [...] (ROSA, 1968, p.50, grifo nosso).

Então Macunaíma sentou numa barranca do rio e batendo com os pés n'água espantou os mosquitos. E eram muitos mosquitos, **piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas mariguís borrachudos varejas**, toda essa mosquitada. (ANDRADE, 1978, p. 18, grifo nosso).

Quando o mano foi-se embora Macunaíma largou da gaiola com os legornes no chão pegou na cabaça escondida e fez que-nem o mano. Isso vieram muitos peixes, **veio acará veio piracanjuba veio aviú gurijuba, piramutaba mandí surubim**, todos esses peixes. Macunaíma atirou a cabaça por aí, na pressa de matar todos os peixes, cabaça caiu numa lapa e juquel mergulhou no rio. (ANDRADE, 1978, p. 194, grifo nosso).

No trecho de Sagarana (ROSA, 1968), o narrador explicita e justifica primeiramente o qualificativo que o personagem deu à boiada, "boiada boa!": tão boa era a boiada, aqueles muitos bois, que continha bois de diversos tipos. O marcador –s indica que o grupo de bois se subdivide em conjuntos compostos por elementos individualizáveis que compartilham as mesmas propriedades: entende-se *galhudos* como uma coletividade de bois do tipo galhudo (um boi galhudo + um boi galhudo + um boi galhudo...). Se atribuirmos à representação nocional /boi do tipo galhudo/ a letra G, poderemos representar cada uma das ocorrências de G como g, em outras palavras:

$$g_1, g_2 \dots g_n,$$

que seria a representação metalingüística de *galhudos* que aparece no texto.

Cada grupo tem ao mesmo tempo características únicas que singularizam ou especificam os grupos evidenciando suas diferenças com relação aos outros grupos: entendemos que os bois galhudos são diferentes dos outros bois exatamente por serem galhudos, ou seja, por possuírem chifres longos. Os galhudos são, por exemplo, diferentes dos espácios. Se atribuirmos à representação nocional /boi do tipo espácio/ a letra E e, às ocorrências dessa representação, a letra e, teremos que:

$$g_1, g_2 \dots g_n \neq e_1, e_2 \dots e_n \text{ porque } g \rightarrow G \text{ assim como } e \rightarrow E,$$

que se lê: "bois do tipo *galhudo* são diferentes de bois do tipo *espácio* porque *ser galhudo* é diferente de *ser espácio*".

Toda representação nocional implica uma zona de identidade e uma zona de diferenciação. Todas as ocorrências da representação nocional que chamamos de $g_1, g_2 \dots g_n$ estão na zona de identidade de G e remetem às mesmas propriedades. Na zona de diferenciação de G estão os complementares de $g_1, g_2 \dots g_n$, ou seja, $e_1, e_2 \dots e_n$. E vice-versa, inclusive com relação a todas as ocorrências construídas na relação de diferenciação qualitativa (galhudos, gaiolos, estrelos, espácios, etc.).

Na lógica do texto, a enumeração (galhudos, gaiolos, estrelos...) é uma operação predominantemente quantitativa (são exemplares de bois), mas acima de tudo é uma operação de diferenciação qualitativa complementar (ser galhudo): os galhudos são galhudos e ao mesmo tempo não são espácios, nem combucos, tampouco estrelos;

os espaços são espaços e ao mesmo tempo não são galhudos, nem combucos, tampouco estrelos; e assim por diante.

No outros dois trechos de Macunaíma (ANDRADE, 1978), temos exatamente a mesma construção referencial: trata-se de operações quantitativas relacionadas aos mosquitos (são exemplares de mosquitos) e aos peixes (são exemplares de peixes) e, ao mesmo tempo, de operações qualitativas relacionadas aos tipos de mosquitos (são piuns, maruins, tatuquiras...) e aos tipos de peixes (são peixes do tipo acará, do tipo piracanjuba, do tipo aviú...). Digna de destaque é a estratégia da enumeração e da diferenciação qualitativa no terceiro trecho: à diferença da construção de ocorrências das representações nocionais /boi do tipo galhudo/ e /mosquito do tipo piun/, o narrador de Macunaíma (ANDRADE, 1978) procede apenas a uma determinação qualitativa sem construção de ocorrências espaço-temporalmente definidas, como o marcador –s sugere nos primeiros trechos.

Em todos os casos temos, invariavelmente, a construção de uma operação de diferenciação qualitativa: são grupos de bois, de mosquitos e de peixes, mas cada grupo é qualitativamente de um tipo diferente. Em outras palavras, não são somente bois, mosquitos ou peixes, são bois galhudos dentre outros bois, são mosquitos piuns dentre outros mosquitos, são peixes acará dentre outros peixes; são ocorrências de bois galhudos, de mosquitos piuns e de peixes acará e, ao mesmo tempo, são os complementares de espaços, maruins e piracanjubas. Como diria Culioli (2000), identificar é levar a alteridade em consideração e depois eliminá-la; diferenciar, por sua vez, é manter a alteridade.

Ao passar de um trecho para o outro, o que fica é, à maneira da essência da função de rege, uma mesma representação (generalização da operação):

$$p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow p \rightarrow P \neq q_1, q_2 \dots q_n = Q \Rightarrow q \rightarrow Q.$$

Podemos afirmar, segundo o nosso ponto de vista, que, no nível da linguagem, os três trechos, embora desencadeiem valores diferentes para cada um de seus leitores, estão marcando uma mesma operação de linguagem e, por isso, podem ser considerados paráfrases linguagísticas uns dos outros. A representação metalingüística mostrada há pouco pode, portanto, ser aplicada a qualquer um dos três trechos anteriores e a qualquer outro trecho lingüístico que marque uma operação linguagística de diferenciação qualitativa.

A tradução da arte e a arte de traduzir

Vejamos agora cada um dos trechos acima ao lado de suas traduções para o francês e observemos as estratégias utilizadas pelo tradutor:

1) Sagarana/O burrinho pedrês
Guimarães Rosa (1968, p.50,
grifo em negrito nosso)

Sagarana/Le petit âne jaspe
Jacques Thiériot (ROSA, 1997,
p.38, grifo em negrito nosso)

<p>– Mais depressa, é para esmoer?! – ralha o Major. – Boiada boa!...</p> <p>Galhudos, gaiolos, estrêlos, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão [...]</p>	<p>– Plus vite, on rumine ou quoi? Se fâche le Major. Le beau troupeau!...</p> <p>*Galhudos longicornes – gaiolos cornes mi-lunes – estrêlos front taché – espácios cornes évasées – combucos cornes tombantes – cubetos cornes rentrantes – lobunos pelage louvet – lompardos échine foncée – caldeiros bas encornés – cambraias pelage tout blanc – chamurros châtrés tardifs – churriados sombres rayés de blanc – corombos dagornes – cornetos unicornes – bocalvos mufles blancs – borralhos taureaux gris – chumbados taches noires sur blanc, rouge ou marron – chitados pelage blanc et rouge – vareiros corps allongé – silveiros sombres entre-cornes blanc... Et les moignons du front plissé et le décorné et les armes antiques du boeuf haut encorné [...]</p>
---	---

Nesse trecho de Sagarana (ROSA, 1997), o tradutor utiliza uma estratégia muito comum para traduzir termos regionais e especificamente utilizados numa cultura particular, referente a uma designação também particular (no caso do trecho acima, termos referentes a bois presentes numa cultura de tropeiro, de boiadeiro, de peão): o empréstimo e o decalque, graficamente marcados pela letra em itálico, e a explicitação subsequente, também pontualmente marcada pelo travessão. É interessante notar a quase obrigatoriedade da utilização da estratégia do decalque no lugar do empréstimo, pelo uso do trema em *gaiolos* e *cambraias*; se fossem emprestados, causariam provavelmente um certo estranhamento para o leitor francófono, uma vez que as vogais –a e –o não costumam aparecer após o grupo vocálico –ai, que implica a leitura ou pronúncia de um –e aberto. Ao utilizar essas três estratégias, o tradutor, que poderia ter feito uso apenas do empréstimo ou somente da explicitação, ou que também poderia ter recorrido à adaptação ou apenas ao decalque, fez uma escolha, marcando-a lingüisticamente pela estratégia do empréstimo ou decalque seguido de explicitação.

Tal como no texto de Guimarães Rosa (1968), as seqüências de empréstimos e decalques marcam, nesse contexto, a construção de classes de ocorrências de representações nocionais e também uma diferenciação qualitativa. Mas o tradutor não se contentou com os empréstimos e os decalques. Tal enumeração, apenas emprestada ou decalcada, talvez não fosse suficiente, aos olhos do tradutor, para marcar a operação de linguagem em questão. A nosso ver, por esse motivo, que pode ser tanto consciente quanto inconsciente, o tradutor proce-

deu a um desmembramento anafórico: os empréstimos e os decalques marcariam de maneira fraca a operação de fragmentação e diferenciação qualitativa, e a explicitação, por sua vez, retomaria a fragmentação pela presença do marcador – s e marcaria a diferenciação qualitativa pelo qualificador, reforçando a relação. Na tradução, *galhudos* pode ser entendido intuitivamente como *um grupo de bois diferente dos outros* e *longicornes* como *um grupo de bois diferente dos outros por possuírem chifres compridos*. Fazendo uma representação metalingüística dessa relação, teríamos:

/Galhudos/ $p_1, p_1 \dots p_n = P \Rightarrow$ /longicornes/ $p \rightarrow P$;
 /gaiolos/ $p_1, p_1 \dots p_n = P \Rightarrow$ /cornes mi-lunes/ $p \rightarrow P$;
 /estrêlos/ $p_1, p_1 \dots p_n = P \Rightarrow$ /front tâché/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

2) *Macunaíma*

Mário de Andrade (1978, p.194, p.198, grifo nosso)

Macounaïma

Jacques Thiériot (ANDRADE, 1996, grifo nosso)

<p>Quando o mano foi-se embora Macunaíma largou da gaiola com os legumes no chão pegou na cabaça escondida e fez que-nem o mano. Isso vieram muitos peixes, veio acará veio piracanjuba veio aviú gurijuba, piramutaba mandi surubim, todos esses peixes. Macunaíma atirou a cabaça por aí, na pressa de matar todos os peixes, cabaça caiu numa lapa e juquel mergulhou no rio.</p>	<p>Dès que son frère se fut éloigné, Macounaïma posa par terre la cage aux leghorns, prit la calebasse dans sa cachette et fit ce qu'il avait vu faire à son frère. Une marée déferla: acará piracanjouba aviou gouarijouba piramoutaba mandi souroubim, bref du poisson à foison. Macounaïma balança la calebasse au hasard, pressé de tuer tous les poissons, la calebasse ricocha sur un rocher et floc! s'enfonça dans le fleuve.</p>
--	---

Nesse trecho de *Macunaíma*, percebemos que Thiériot (ANDRADE, 1996), o mesmo tradutor de *Sagarana* (ROSA, 1997), optou por uma estratégia diferente da anterior: deixando de lado a explicitação, ele recorre apenas ao empréstimo e ao decalque. O decalque desta vez aparece em número superior, cinco, contra apenas dois empréstimos.

As ocorrências aparecem sem uma marca superficial individual de fragmentação (–s), o que reforça o caráter eminentemente qualitativo da relação de diferenciação. A fragmentação, desta vez, aparece na enumeração de grupos diferentes de peixes, na seqüência linear do conjunto das ocorrências das espécies de peixe, que vêm uma após a outra: acará, piracanjouba, aviou, e assim por diante. Tal estratégia, de forte impacto prosódico-semântico e já presente no texto de Mário de Andrade (1978), foi mantida por Thiériot (ANDRADE, 1996) e é sensivelmente diferente da anterior, referente aos bois. Fazendo uma glosa desse processo, teremos, no entanto, uma mesma relação: vieram peixes do tipo acará, peixes do tipo piracanjuba, peixes do tipo aviú, e assim por diante. Metalingüisticamente, teremos:

/acará/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /acará/ $p \rightarrow P$;
 /piracanjouba/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /piracanjouba/ $p \rightarrow P$;
 /aviou/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /aviou/ $p \rightarrow P$;

e assim por diante.

3) Macunaíma
Mário de Andrade (1978, p.18,
grifo nosso)

Macounaíma
Jacques Thiériot (ANDRADE, 1996, p.30,
grifo nosso)

Então Macunaíma sentou numa barranca do rio e batendo com os pés n'água espantou os mosquitos. E eram muitos mosquitos, piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas mariguis borrachudos varejas , toda essa mosquitada.	Alors Macounaíma s'assit sur un javeau et par ces battersments de pieds dans l'eau mit en dérouté les moustiques. Et il y avait de quoi faire avec ces myriades de moustiques velus goulus ventrus poilus pointus mafflus pansus dodus joufflus , bref toute cette mousticaille!
---	---

Ao contrário dos trechos anteriores, em que cada uma das ocorrências enumeradas (galhudos, gaiolos, estrêlos... e acará, piraçanjuba, aviú...) referia-se a um grupo de objetos em particular designável, nesse trecho de Macunaíma (ANDRADE, data) alguns dos tipos de mosquito enumerados podem ser utilizados como sinônimos uns dos outros, é o caso dos pares de variantes maruins / mariguis, piuns / borrachudos, muriçocas / mosquitos; e um deles não se refere exatamente a um tipo de mosquito, mas, estranhamente, a um tipo de objeto referenciável no universo da flora brasileira, é o caso de *aruru*: segundo Ferreira (1986, p.178), *aruru* é "árvore da família das burseráceas". Teria o tradutor se inspirado nessas pequenas armadilhas lingüísticas, na qual até mesmo Mário de Andrade (1978) parece ter caído, para fazer a sua opção estratégica? Como não é possível determinar a causa da inspiração do tradutor, vamos nos limitar a observar, de acordo com nossa própria interpretação dos fatos, aquilo que nos é possível observar.

De maneira evidentemente distinta das duas anteriores, o tradutor opta por uma estratégia singular: deixou de lado os empréstimos, decalques e explicitações, que colocam em relevo a referencialidade extralingüística do universo cultural brasileiro pela relação superficial entre a língua portuguesa brasileira e a francesa, para mergulhar na prática da diferença pela atividade da linguagem, concentrando-se apenas nela. Sua estratégia agora é a da adaptação. Mas não se trata de uma adaptação qualquer. Em vez de adaptar a referência extralingüística, para a qual a língua francesa apresenta algumas denominações, como *cousin* e, literalmente do tupi-guarani, *maringouin*, o tradutor preferiu adaptar o caráter qualitativo da diferenciação, como podemos perceber no quadro abaixo:

Português	Tradução francesa	Traduções possíveis, dentre outras, da tradução
Piuns	Velus	Aveludados, peludinhos
Maruins	Goulos	Gulosos, sófregos ou apressadinhos, gordinhos ou redondinhos
Arurus	Ventrus	Barrigudinhos
Tatuquiras	Poilus	Peludinhos
Muriçocas	Pointus	Pontudinhos
Meruanhas	Mafflus	Bochechudos, redondinhos
Mariguis	Pansus	Barrigudos, inchados, rechonchudinhos
Borrachudos	Dodus	Gordinhos, cheinhos, carnudinhos
Varejas	Joufflus	Bochechudos, redondinhos

Quanto mais o tradutor deixa de se apegar às diferenças superficiais das línguas, mais ele evidencia, aparentemente de maneira contraditória, a operação de linguagem que ele está reconstituindo. Para glosar tal estratégia, poderíamos dizer que propriedades distintas de mosquitos estão sendo colocadas em evidência por suas formas possíveis: pela colocação de pêlo em evidência, temos formas rugosas; pela barriga, formas arredondadas; pelas pernas, corpos ou antenas, formas pontudas. E, para representar a relação metalingüisticamente, teremos:

/moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /velus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /goulus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /ventrus/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

Retorno à questão inicial

As diferentes estratégias do tradutor acima observadas dizem respeito à sua criatividade, às línguas diferentes, às culturas diferentes, à diferença superficial, ao viés babélico. Se permanecêssemos nessa esfera de observação, teríamos como resultado um contraste que evidenciaria a classificação de valores convencionais. Nas palavras de Culioli (1987, p.5): "Tudo o que se refere à tradução estruturalista, incluindo a gramática gerativa, utiliza termos que têm um estatuto classificatório, e as seqüências textuais são conduzidas a seqüências de tais termos."

Essa postura pode ser enriquecedora dependendo do ponto de vista adotado pelo observador. No nosso caso, fomos um pouco mais adiante. Partimos de uma classificação distribucional para observarmos as regularidades presentes na diferença. Por utilizarmos uma teoria lingüística que teoriza a atividade de linguagem pela análise das diferenças lingüísticas, pudemos extrair, tal como fez Frege (1978) com relação às funções, aquilo que fica de essencial entre uma e outra tradução com relação aos textos traduzidos. Assim:

/Galhudos/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /longicornes/ $p \rightarrow P$;
 /gaiolos/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /cornes mi-lunes/ $p \rightarrow P$;
 /estrêlos/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /front tâché/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

/acará/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /acará/ $p \rightarrow P$;
 /piracanjouba/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /piracanjouba/ $p \rightarrow P$;
 /aviou/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /aviou/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

/moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /velus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /goulus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /ventrus/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

Das seqüências metalingüísticas acima, não calculamos, pela sua própria natureza heterogênea e pela conseqüente impossibilidade de fazê-lo, os valores que essas seqüências desencadeiam. Pelo contrário, ficamos com o cálculo da operação de diferenciação qualitativa, operação essa comum a todas as seqüências, tanto em português quanto em francês, que podemos representar da seguinte maneira:

$/\epsilon/p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow /e/p \rightarrow P \neq /e/q_1, q_2 \dots q_n = Q \Rightarrow /e/q \rightarrow Q$, em que e representa uma variável. No espaço de e podem entrar quaisquer ocorrências de representações notacionais passíveis de sofrer essa operação.

Desse modo, o texto de Guimarães Rosa (1968) e o de Jacques Thiériot (ROSA, 1997) sobre os bois desencadeiam cada um valores diferentes, para cada um de seus leitores, no nível da pluralidade lingüística, assim como os outros trechos de Mário de Andrade (1978) e de Jacques Thiériot (ANDRADE, 1996) sobre os peixes e os mosquitos. Mas todos eles têm em comum um mecanismo processual de linguagem que não varia e, ao mesmo tempo, que permite a variação. Assim, dos seis trechos analisados em português e em francês, extraímos a seguinte conclusão: Jacques Thiériot, que utiliza com maestria os recursos lingüísticos que tem à mão, poderia tê-los traduzido como quisesse, utilizando para tal a estratégia que melhor lhe conviesse, contanto que não fugisse da operação de diferenciação qualitativa marcada nos textos de Guimarães Rosa (1968) e de Mário de Andrade (1978). Desse modo, pela postura pentecostiana, ao observar a transformação pela arte, salientamos que a linguagem pode ser apreendida na pluralidade lingüística superficial, uma vez que ela é o próprio princípio processual regulador, que se estabelece na alteridade e dá origem à diferença.

Agradecimentos: à Fundação de Amparo à Pesquisa, FAPESP, pelo auxílio concedido (bolsa de pós-doutorado em andamento – Proc.:02/13435-0).

ZAVAGLIA, A. Linguistics, translation and literature: observing the transformation through art. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.99-117, 2004.

- **ABSTRACT:** *This paper broadens the discussion on the art of translation by observing the translation of art, i.e., the French translation of some Brazilian literature excerpts, based on Antoine Culioli's (2000) Theory of Enunciative Operations and on Aubert's (1998) translation procedures. In this context, this paper proposes a metalinguistic calculus for the language activity that is grasped from the translation practice of handling linguistic divergences through different translation strategies.*

■ **KEYWORDS:** *Utterance act; translation; Brazilian literature*

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 16. ed. São Paulo: Martins, 1978.
- ANDRADE, M. *Macounaïma: le héros sans aucun caractère*. Tradução de Jacques Thiériot. Paris: Stock, 1996.
- ANDRADE, M. O artista e o artesão. In: _____. *O baile das quatro artes*. São Paulo: Martins, 1963. p.9-33.
- ASSIS, M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ASSIS, M. *Mémoires d'outre-tombe de Braz-Cubas*. Tradução de R. Chadebec de Lavalade. Paris: Éditions Émile-Paul Frères, 1948.

- AUBERT, F. H. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm*, São Paulo, v. 5, n. 1, p.99-128, 1. sem. 1998.
- AUBERT, F. H. *As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- BAUDELAIRE, C. *Curiosités esthétiques et autres écrits sur l'art*. Paris: Hermann, 1968.
- BENJAMIN, W. La tâche du traducteur. In: _____. *Œuvres: mythe et violence*. Tradução e prefácio de Maurice de Gandillac. Paris: Les Lettres Nouvelles, 1971. p. 261-275.
- BÍBLIA, A. T. Gênesis. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução, introdução e notas de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Cap. 11, vers. 1-9.
- BÍBLIA, N. A. Atos dos Apóstolos. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução, introdução e notas de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Cap. 2, vers. 1-47.
- CAMUS, A. *La peste*. Paris: Gallimard, 1977. Folio.
- CAMUS, A. *A peste*. Tradução de Valerie Rumjanek Chaves. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, [19—?].
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. 2. ed. rev. Paris: Ophrys, 2000. v.1.
- CULIOLI, A. Un point de vue énonciatif sur la traduction: propos recueillis par Jean-Luc Goester. *Le français dans le monde*, Paris, p. 4-10, août/sept. 1987. Numéro spécial.
- DERRIDA, J. Destours de Babel. In: GRAHAM, J. F. (Ed.) *Difference in translation*. Londres: Cornell University Press, 1985. p. 209-248.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução e introdução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- JAKOBSON, R. Aspectos lingüísticos da tradução. In: _____. *Lingüística e comunicação*. 5 ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 63-72.
- LARGEAULT, J. *Logique et philosophie chez Frege*. Paris: Éditions Nauwelaerts, 1970.
- MATSUOKA, M.; MEGALE, H. (Org.). *Guimarães Rosa: contos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- ROSA, G. *Sagarana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.
- ROSA, G. *Sagarana*. Tradução de Jacques Thiériot. Paris: Albin Michel, 1997.

Leitura Complementar

- AUBERT, F. H.; ZAVAGLIA, A. Reflexos e refrações da alteridade na literatura brasileira traduzida: as versões de Sagarana para o francês e para o norueguês. *TradTerm*, São Paulo, n. 9, p. 173-188, 2003.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. v.2
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. v.3
- CULIOLI, A. Les modalités d'expression de la temporalité sont-elles révélatrices de spécificités culturelles? *Interfaces: le temps*, Paris, n. 5, p. 8-25, 1993.
- RODRIGUES, C. C. Tradução: a questão da equivalência. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n. esp, p. 89-98, 2000.
- ZAVAGLIA, A. *Da invariância da linguagem à variação das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase*. 2002. 331f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa)-Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002a.
- ZAVAGLIA, A. Tradução e lingüística: qual a relação possível? *Todas as Letras: revista de língua e literatura*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 81-88, 2002b.